MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Ministério do Desenvolvimento Regional

Gustavo Canuto
Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional

Brasília, 27 de fevereiro de 2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

MISSÃO

Promover o desenvolvimento das cidades e regiões e a redução das desigualdades regionais.

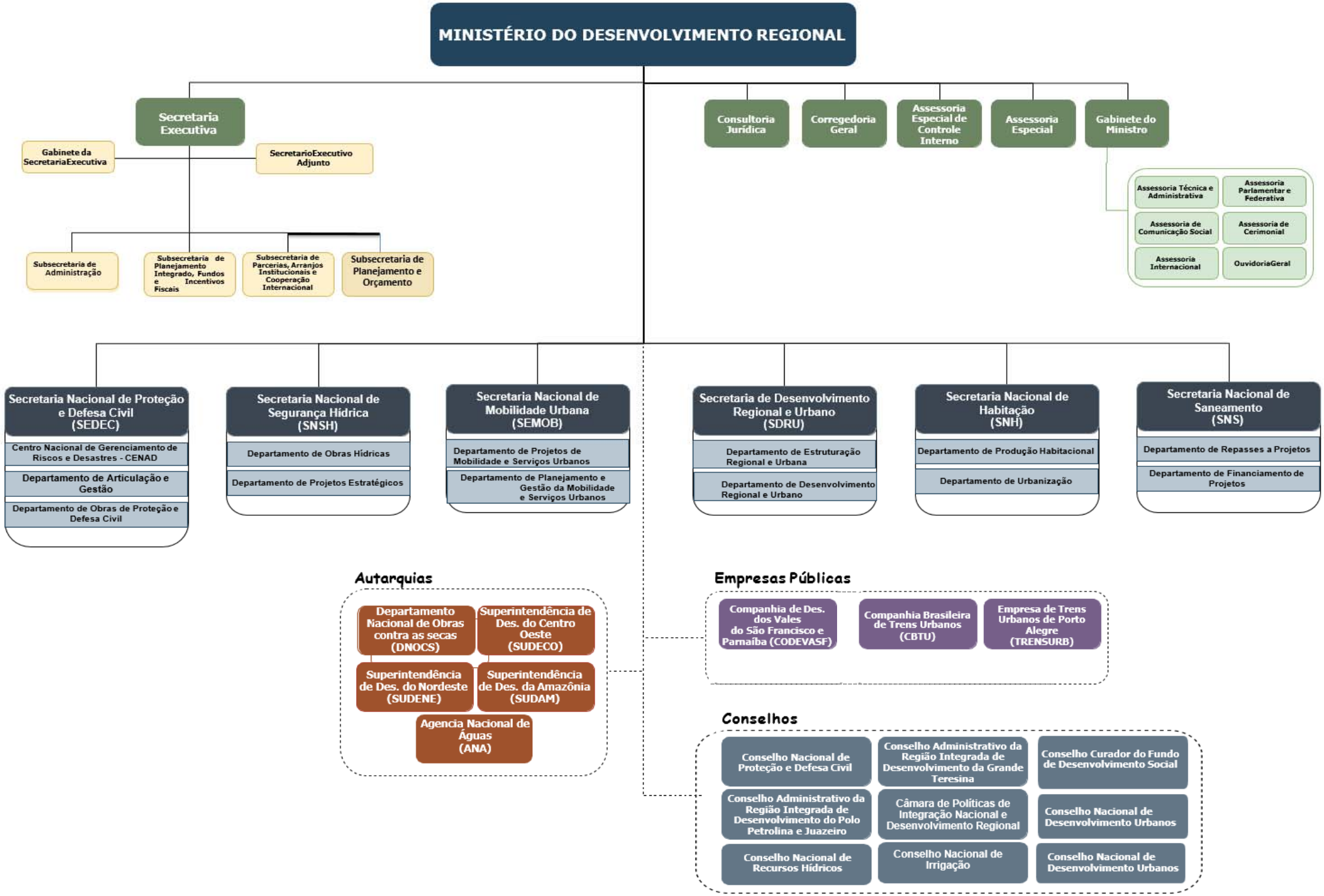
VISÃO

Transformar as cidades e regiões brasileiras em lugares mais justos e equilibrados.

Desenvolver a capacidade produtiva;

Melhorar o ambiente das cidades;

Ampliar a resiliência das cidades e regiões.


MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Secretaria Executiva
Gabinete da SecretariaExecutiva
SecretarioExecutivo Adjunto
Subsecretaria de Administração
Subsecretaria de Planejamento Integrado, Fundos e Incentivos Fiscais
Subsecretaria de Parcerias, Arranjos Institucionais e Cooperação Internacional
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Consultoria Jurídica
Corregedoria Geral
Assessoria Especial de Controle Interno
Assessoria Especial
Gabinete do Ministro
Assessoria Técnica e Administrativa
Assessoria Parlamentar e Federativa
Assessoria de Comunicação Social
Assessoria de Cerimonial
Assessoria Internacional
OuvidoriaGeral
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC)
Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD
Departamento de Articulação e Gestão
Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH)
Departamento de Obras Hídricas
Departamento de Projetos Estratégicos
Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (SEMOB)
Departamento de Projetos de Mobilidade e Serviços Urbanos
Departamento de Planejamento e Gestão da Mobilidade e Serviços Urbanos
Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano (SDRU)
Departamento de Estruturação Regional e Urbana
Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano
Secretaria Nacional de Habitação (SNH)
Departamento de Produção Habitacional
Departamento de Urbanização
Secretaria Nacional de Saneamento (SNS)
Departamento de Repasses a Projetos
Departamento de Financiamento de Projetos
Autarquias
Departamento Nacional de Obras contra as secas (DNOCS)
Superintendência de Des. do Centro Oeste (SUDECO)
Superintendência de Des. do Nordeste (SUDENE)
Superintendência de Des. da Amazônia (SUDAM)
Agencia Nacional de Águas (ANA)
Empresas Públicas
Companhia de Des. dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF)
Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (TRENSURB)
Conselhos
Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina
Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro
Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbanos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Irrigação
Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbanos

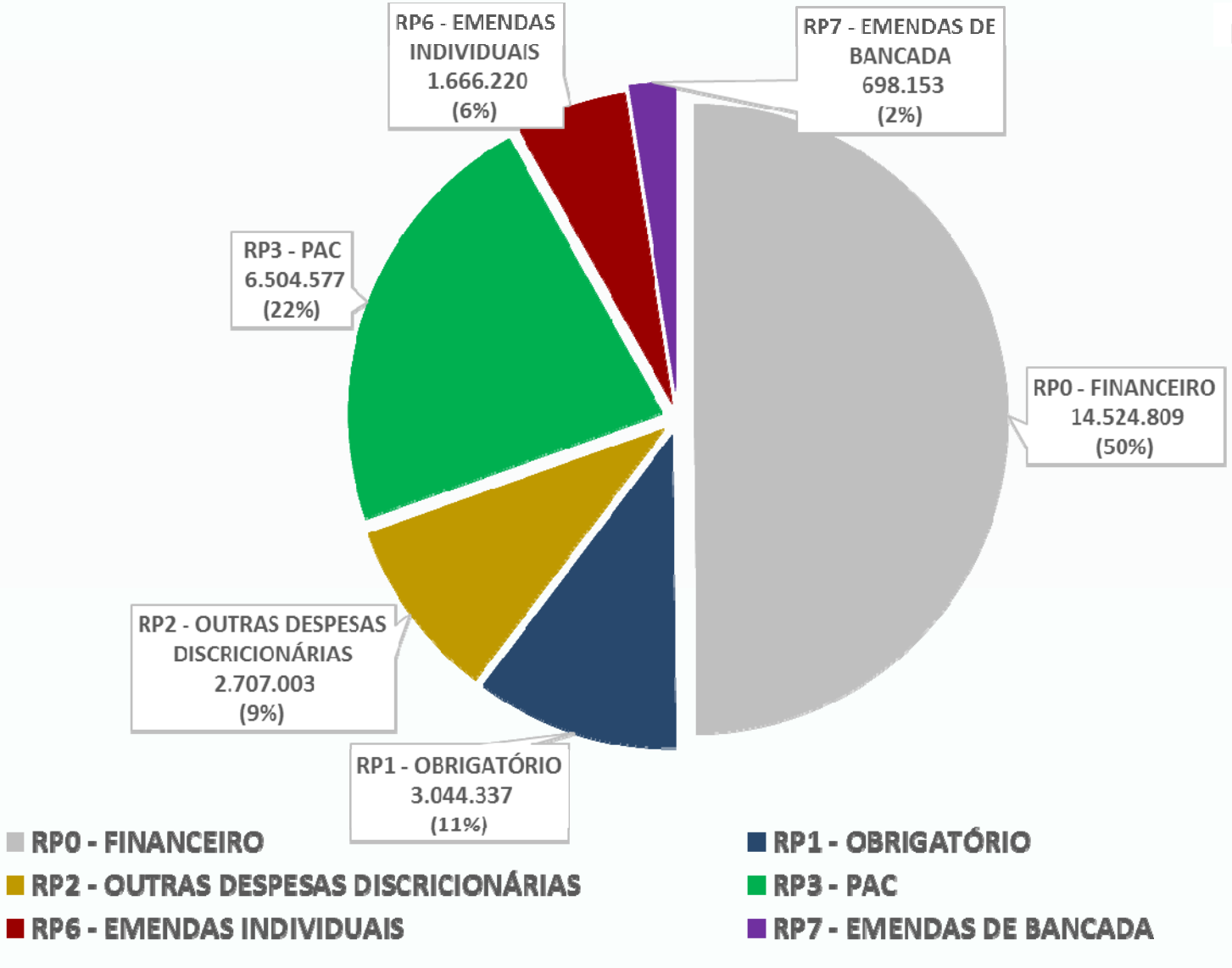
MDR E VINCULADAS

DESPESAS POR RP

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Em R$ mil



MDR E VINCULADAS

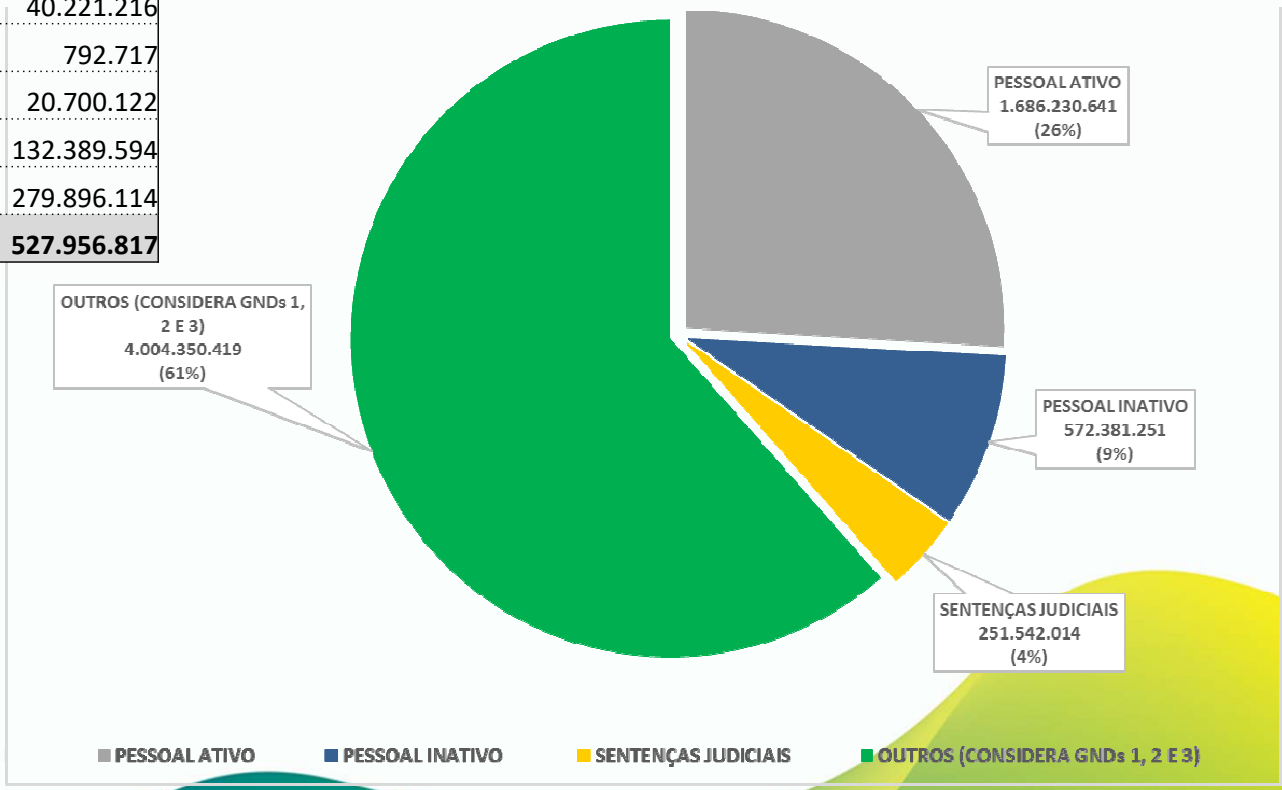
DESPESAS CORRENTES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

RP1 - OBRIGATÓRIAS - CATEGORIA ECONÔMICA 3 - DESPESAS CORRENTES

UO	PESSOAL ATIVO	PESSOAL INATIVO	SENTENÇAS JUDICIAIS	OUTROS (CONSIDERA GNDs 1, 2 E 3)
53101 - MDR	111.914.011	5.697.315		8.469.817
53201 - CODEVASF	468.341.709		4.500.000	41.191.256
53202 - SUDAM	30.596.502	3.939.000		2.404.152
53203 - SUDENE	32.701.418	4.706.936	2.127.707	1.891.829
53204 - DNOCS	146.559.342	555.399.000	14.914.307	40.221.216
53207 - SUDECO	10.528.248	13.000		792.717
53208 - TRENSURB	168.936.541		25.000.000	20.700.122
53209 - CBTU	630.646.834		205.000.000	132.389.594
53210 - ANA	86.006.036	2.626.000		279.896.114
TOTAL	**1.686.230.641**	**572.381.251**	**251.542.014**	**527.956.817**



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

+ DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

REVISÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)

Finalidade é reduzir as **desigualdades econômicas e sociais, intra e interregionais**, mediante a criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em **crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população**.

Abordagem territorial, abrangência nacional e atuação em múltiplas escalas.

Escalas geográficas:

Macrorregional (prioridade para Norte, Nordeste e Centro-Oeste);

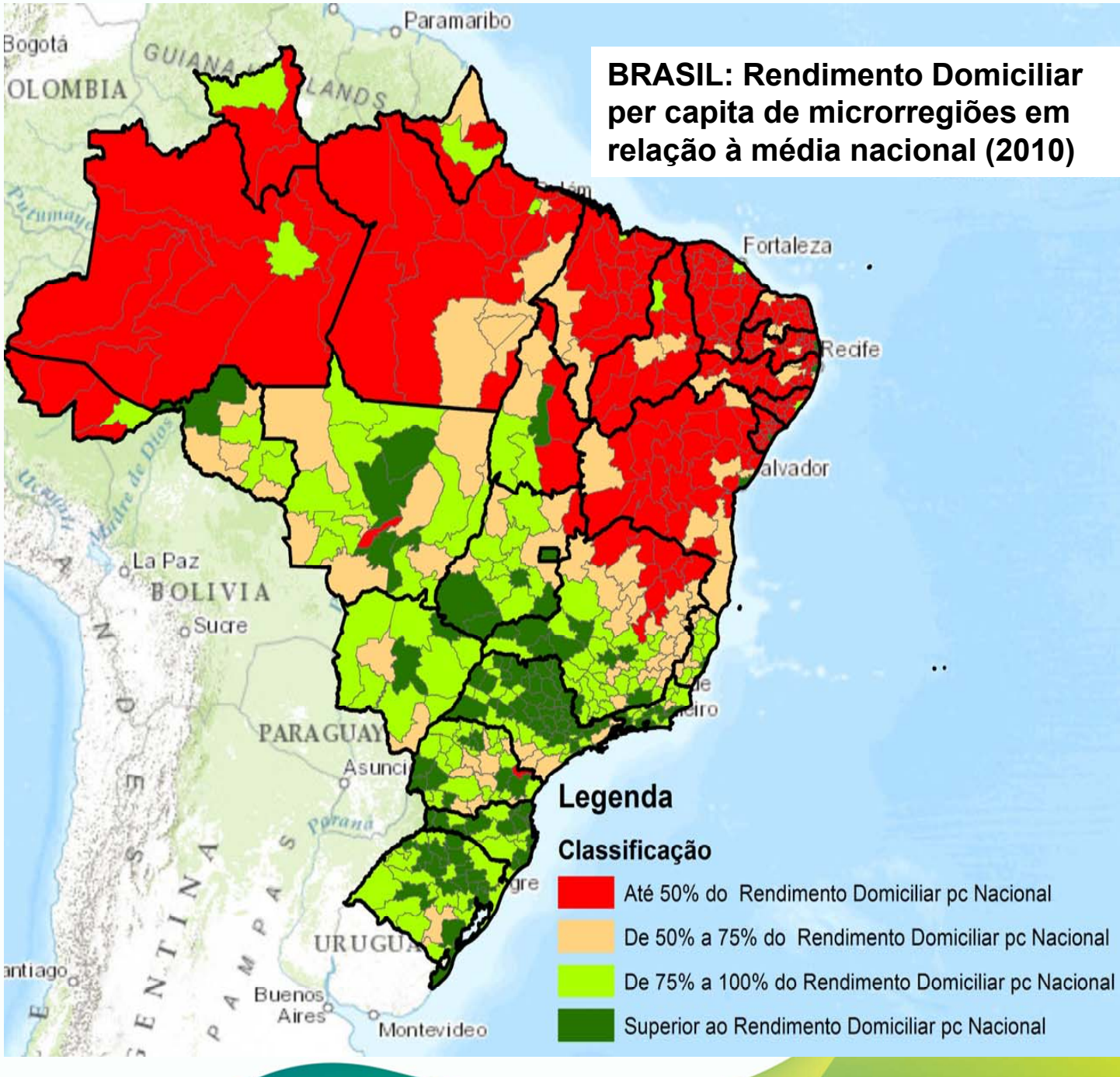
Sub-regional (incluindo Sul e Sudeste);

Sub-regiões especiais (Semiárido, Faixa de Fronteira e Rides).

OBJETIVO 1. CONVERGÊNCIA

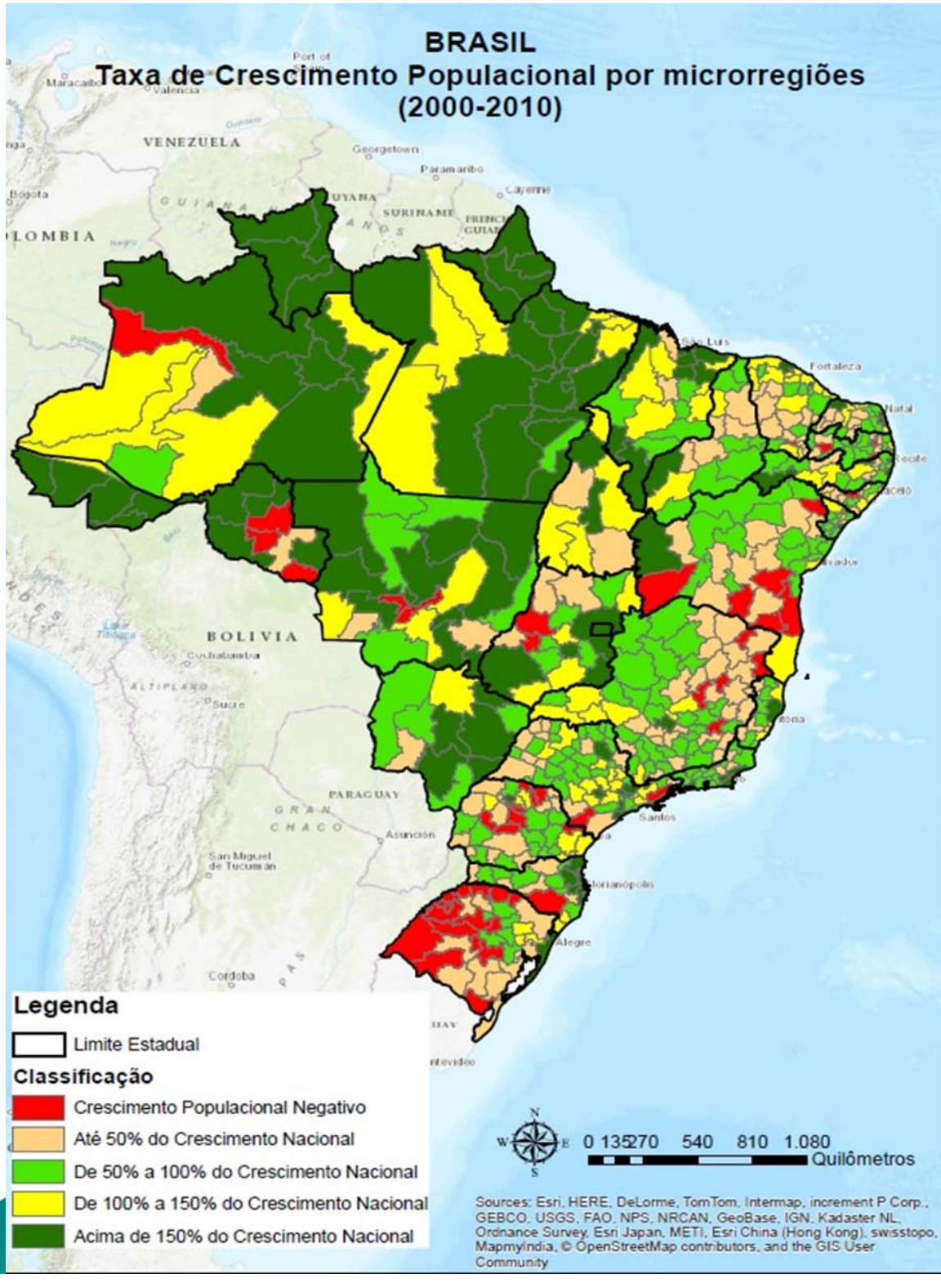
Reduzir as diferenças no nível de desenvolvimento e na qualidade de vida entre e intra as regiões brasileiras, promovendo a equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento para os territórios e as pessoas que neles vivem.

BRASIL: Rendimento Domiciliar per capita de microrregiões em relação à média nacional (2010)



OBJETIVO 2. COMPETITIVIDADE REGIONAL E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

Estimular ganhos de produtividade e aumentos da competitividade regional, sobretudo em regiões que apresentem declínio populacional e elevadas taxas de emigração.

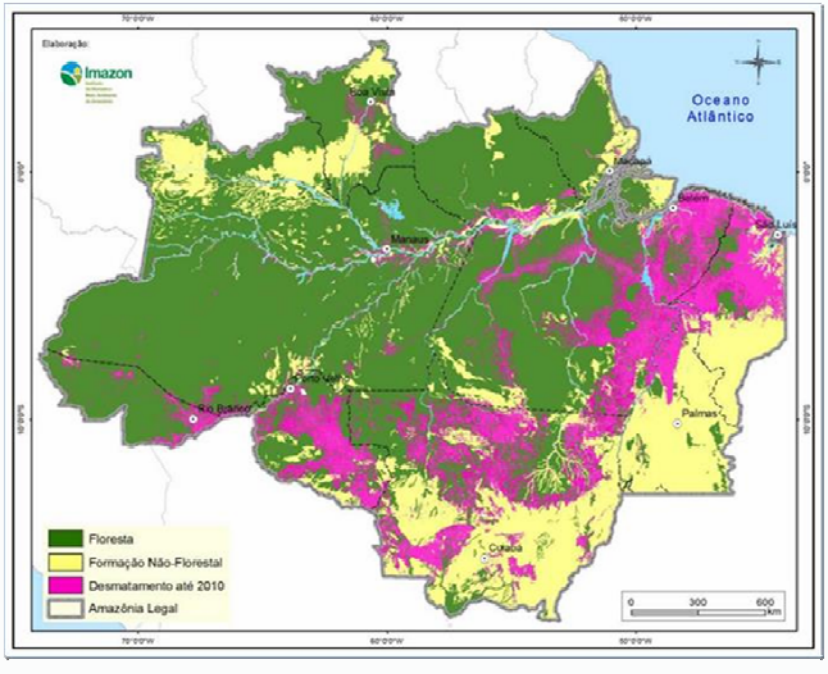


OBJETIVO 3.
AGREGAÇÃO DE VALOR E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

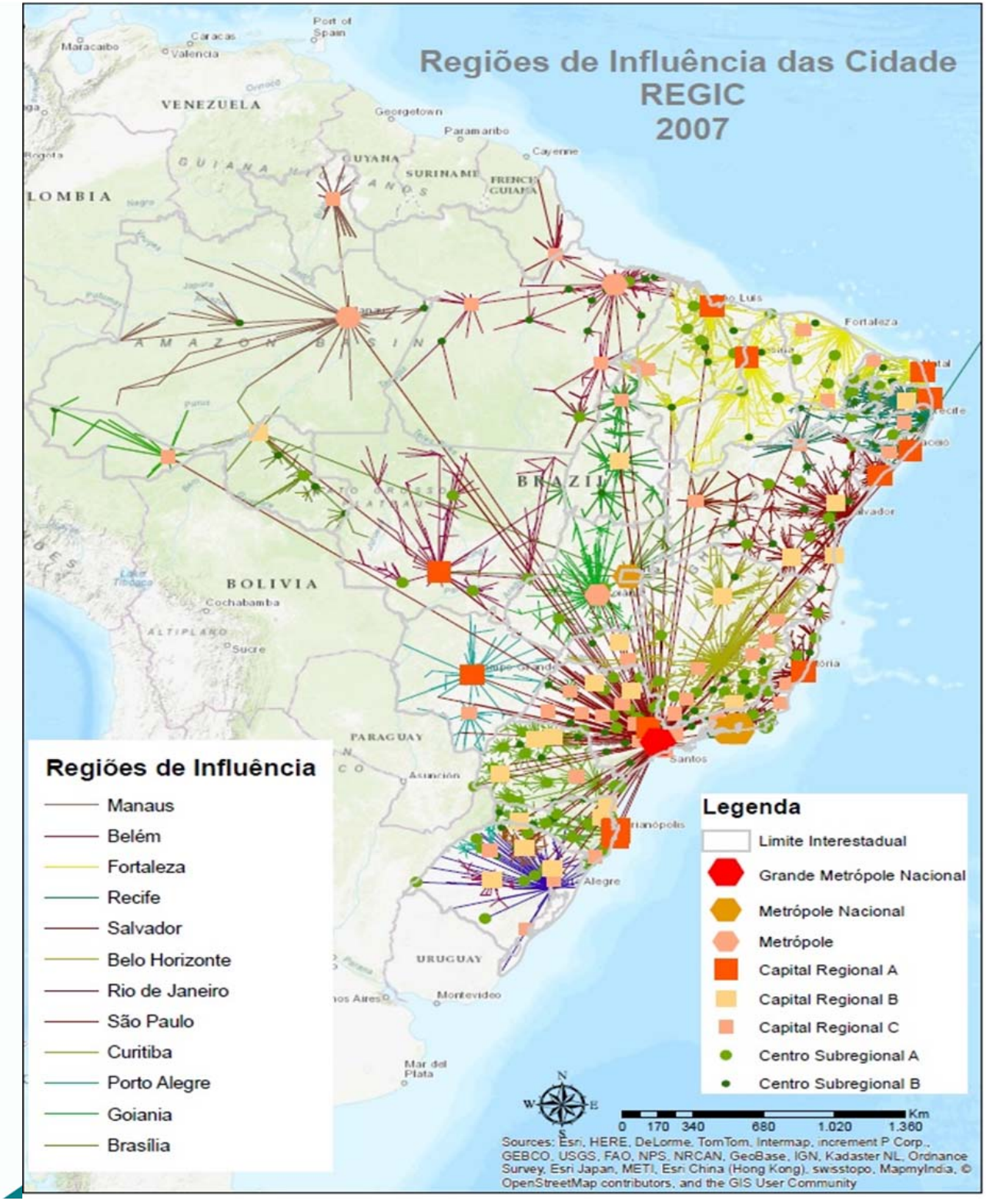
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Atuação em áreas com forte especialização na produção de commodities agrícolas e/ou minerais, com baixo valor agregado nas exportações, baixa diversificação econômica, elevada desigualdade social, elevado risco ambiental.



OBJETIVO 4. CONSTRUÇÃO CIDADES POLICÊNTRICA

Construir uma rede de cidades mais equilibrada, com maior harmonia entre os diferentes níveis hierárquicos, identificando e fortalecendo polos, em diferentes escalas, que possam operar como vértices de uma rede policêntrica, contribuindo para a desconcentração e interiorização do desenvolvimento.



INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA DA PNDR

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Centro de Governo

Ministérios

Desenvolvimento Regional
Casa Civil
Economia

Câmara de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional

- ✓ Ministros de Estado
- ✓ Diretrizes para a operacionalização
- ✓ Articulação de políticas setoriais

Comitê Executivo

- ✓ Instância técnica / operacional
- ✓ Articulação e monitoramento de políticas federais
- ✓ Participação de SUDAM / SUDENE e SUDECO

Grupos Temáticos

- ✓ Articulação com Ministérios Setoriais

PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO (PRDNE, PRDA, PRDCO)

EIXOS ESTRATÉGICOS:

- ❖ **Desenvolvimento produtivo**
- ❖ **Ciência, tecnologia e inovação**
- ❖ **Educação e qualificação profissional**
- ❖ **Infraestruturas econômica e urbana**
- ❖ **Desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais**
- ❖ **Fortalecimento das capacidades governativas dos entes subnacionais**

PLANO PLURIANUAL PPA 2020-2023

- ✓ **Regionalização de metas e indicadores**
- ✓ **Programa de Desenvolvimento Regional**

PLANOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

- **Pela primeira vez:** encaminhamento do Planos Regionais (PRDNE, PRDA e PRDCO) ao Congresso Nacional em conjunto com o PPA 2020-2023.

- **Prazos:**
  - Fevereiro, Março e Abril de 2019: elaboração dos Planos por Sudene, Sudam e Sudeco e revisão pelo MDR;
  - Abril e Maio de 2019: apreciação dos Planos pelos Governadores;
  - Maio de 2019: aprovação dos Planos em reuniões do Condel (Recife, Belém e Brasília);
  - Até 31 de maio de 2019: envio dos Planos à Presidência da República;
  - Até 30 de agosto de 2019: encaminhamento dos Planos para apreciação pelo Congresso Nacional em conjunto com o PPA.

APOSTAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO PARA O NE, N e CO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Dos Planos Regionais, derivam apostas entre o MDR, Superintendências e Ministérios.

Período: 2019 + 1 ciclo do PPA (5 anos)

- Atuação coordenada em prol da visão de futuro da região, articulando ações e projetos em torno de desenvolvimento produtivo;
- Utilizadas como referência para a elaboração do PPA 2020-2023.

APOSTA ESTRATÉGICA NORDESTE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Fortalecimento das redes de cidades intermediárias como âncora para os sistemas inovativos e produtivos locais da sua área de influência

Eixo 1
Desenvolvimento Produtivo

a. *Apoio e consolidação das cadeias produtivas potenciais(APLs) (verticalização das cadeias)*
b. *Estímulo ao comércio e exportações*
c. *Estímulo a iniciativas de "empregos verdes"*
d. *Fortalecimento dos Sistemas de Capacitação, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)*
e. *Qualificação profissional com foco na renda/ gestão e empreendedorismo*
f. *Aumento da intensidade tecnológica das cadeias produtivas e arranjos produtivos locais*

Eixo 2
Ciência, Tecnologia e Inovação

a. *Promoção da conexão entre pesquisas, inovação e processos produtivos*
b. *Estímulo à inovação nas empresas a partir das pesquisas e P&D gerados pelas universidades e centros de pesquisas*
c. *Fortalecimento energias renováveis*
d. *Foco em tecnologias/ produtos adaptados à realidade climática da região*
e. *Estímulo a formação de profissionais qualificados*
f. *Promoção da conexão entre pesquisas e processos produtivos*

Eixo 3
Infraestruturas Econômica e Urbana

a. *Ampliação da comunicação (Banda Larga e telefonia)*
b. *Apoio a projetos relacionados a cidades inteligentes (iluminação pública, transporte público, mobilidade urbana, wifi)*
c. *Interligação logística e multimodal das cidades polos*
d. *Melhoria da infraestrutura produtiva (estradas, armazenamento, ferrovias e portos e aeroportos)*

Eixo 4
Água e Saneamento

a. *Ampliação de investimentos em saneamento básico*
b. *Ampliação de ações de revitalização de bacias hidrográficas*
c. *Integração de instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional aos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos*
d. *Incentivo ao aumento do reuso e da eficiência hídrica nas atividades produtivas por meio de instrumentos financeiros*
e. *Ampliação das ações de segurança hídrica por meio de tecnologias de dessalinização, captação e armazenamento de água de chuva*

Eixo 5
Modernização da Gestão Pública e Fortalecimento Institucional

a. *Estímulo à criação de consórcios de municípios*
b. *Articulação com associação de classe empresarial*
c. *Melhoria da qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos e empresas*
d. *Fortalecimento das práticas de Gestão (planejamento, execução, avaliação e monitoramento)*
e. *Fomento à capacitação de gestores/servidores públicos*
f. *Estímulo às PPPs e concessões (inclusive a capacitações)*

APOSTA ESTRATÉGICA NORTE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Integração e diversificação da base produtiva da biodiversidade, com agregação de valor

Eixo 1 Desenvolvimento Produtivo	Eixo 2 Ciência, Tecnologia e Inovação e Qualificação Profissional	Eixo 3 Infraestruturas Econômica e Urbana	Eixo 4 Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais
a. Bioindústria (agroindústria, complexo de saúde) *b. Adensamento das cadeias produtivas, com verticalização da produção e agregação de valor* *c. Diversificação das exportações, com ampliação da participação regional no comércio exterior* *d. Serviços ambientais* *e. Certificação Ambiental (origem, qualidade, Marca Amazônia)* *f. Integração do comércio intrarregional (Rotas de Integração Nacional)* *g. Turismo de base local* *h. Fortalecimento das capacidades empresariais* *i. Diversificação das linhas de financiamento (mecanismos de incentivo)* *j. Assistência técnica e extensão rural*	*a. Fortalecimento das instituições de PD&I* *b. Crédito e incentivos ao setor de PD&I* *c. Descentralização de investimentos intra e inter regionais* *d. Implantação de polos de inovação* *e. Incentivos à formação de redes de pesquisa e fortalecimento das redes já existentes* *f. Incentivos ao desenvolvimento da pesquisa e extensão nas Universidades Amazônicas*	*a. Logística* *b. Infraestrutura de comunicação* *c. Regularização fundiária urbana e rural* *d. Energias alternativas* *e. Infraestrutura de mobilidade e bem-estar* *f. Ordenamento territorial*	*a. Consolidação de sistemas de governança multinível* *b. Estímulo ao Capital Social* *c. Fortalecimento das parcerias com a iniciativa privada* *d. Redução do déficit institucional*

APOSTA ESTRATÉGICA CENTRO-OESTE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Promoção da agregação de valor e diversificação econômica sustentável nas regiões com forte especialização em *commodities*, priorizando a atuação nas cidades médias e em suas áreas de influência

Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3	Eixo 4
Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Ciência, Tecnologia e Inovação	Educação e Qualificação Profissional	Infraestrutura Econômica e Urbana
a. Agregação de valor aos produtos de exportação *b. Identificação de alternativas de diversificação produtiva* *c. Inclusão produtiva e geração de renda* *d. Desenvolvimento do Ecoturismo*	*a. Implantação de projetos com alto conteúdo tecnológico* *b. Apoio às ações de P, D e I* *c. Difusão de tecnologias limpas*	*a. Ampliação e interiorização do ensino técnico e profissionalizante* *b. Qualificação do serviço público municipal e estadual* *c. Adoção de novas modalidades de assistência técnica e extensão*	*a. Incentivo à redução dos custos de transporte da produção regional* *b. Ampliação da infraestrutura econômica, logística e urbana* *c. Fortalecimento da gestão municipal*

FUNDOS CONSTITUCIONAIS – FNE
(Programação 2019)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Programa	Valor Programado (R$ milhões)
1.Programas Setoriais	8.604,00
FNE Rural	3.082,40
FNE Aquipesca	34,2
FNE Profrota Pesqueira	-
FNE Industrial	1810,5
FNE Irrigação	388,2
FNE Agrin	513
FNE Proatur	424
FNE Comércio e Serviços	2.351
FNE Proinfra	-
2. Programas multifinalitários	6.796
PRONAF	3.230
FNE Inovação	514,2
FNE Verde	439,3
FNE MPE	2.612,50
Total demais setores	15.400,00
Programas para Infraestrutura	8.000
FIES Estudante	300
Total FNE 2019	23.700

FUNDOS CONSTITUCIONAIS – FNO
(Programação 2019)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Em milhões (R$)

FNO-PRONAF	**931,19**
Agricultura Familiar	931,19
FNO-AMAZONIA	**6.145,81**
Ciência Tecnologia & Inovação	25
Infraestrutura	2.500,00
Demais linhas	3.620,81
FNO-ABC/BIO	**744,99**
Floresta	149,01
Agricultura de Baixo Carbono	595,98
FNO-MPE	**1.289,91**
Micro e Pequena Empresa	1.269,92
Empreendedor Individual	19,99
Programas Subtotal	*9.111,90*
FNO-FIES	**200**
TOTAL	**9.311,90**

FUNDOS CONSTITUCIONAIS – FCO
(Programação 2019)

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Em milhões (R$)

Empreendedores Individuais e Mini, Micro, Pequenos e Pequeno-Médios Tomadores	
FCO Empresarial	1.793,08
Industrial	557,60
Infraestrutura	144,59
Turismo	207,71
Comércio e Serviços, Ciência Tecnologia e Inovação	883,17
FCO Rural	1.793,08
Pronaf-RA e Pronaf Demais	1.243,21
Demais Rurais	549,87
Total	**3.586,16**
Médios e Grandes Tomadores	
FCO Empresarial	1.722,77
Industrial	561,69
Infraestrutura	147,54
Turismo	173,26
Comércio e Serviços, Ciência Tecnologia e Inovação	840,27
FCO Rural	1.722,77
Total	**3.445,53**
Resumo Geral	
FCO Empresarial	3.515,85
FCO Rural	3.515,85
Total	**7.031,69**

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

GESTÃO TERRITORIAL

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

POLÍTICA NACIONAL DE ORDENAMENTO TERRITORIAL : elaboração em conjunto com o Ministério da Defesa.

AMAZÔNIA AZUL : da vertente econômica, com a exploração e aproveitamento sustentável dos recursos vivos (pesca) e não-vivos (petróleo, turismo, esportes).

FAIXA DE FRONTEIRA:

- Promoção de infraestrutura urbana para os municípios da faixa;
- Desenvolvimento econômico;
- Cidades Gêmeas: infraestrutura urbana e freeshops;
- Reativação dos núcleos estaduais de fronteira.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

AGRICULTURA IRRIGADA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

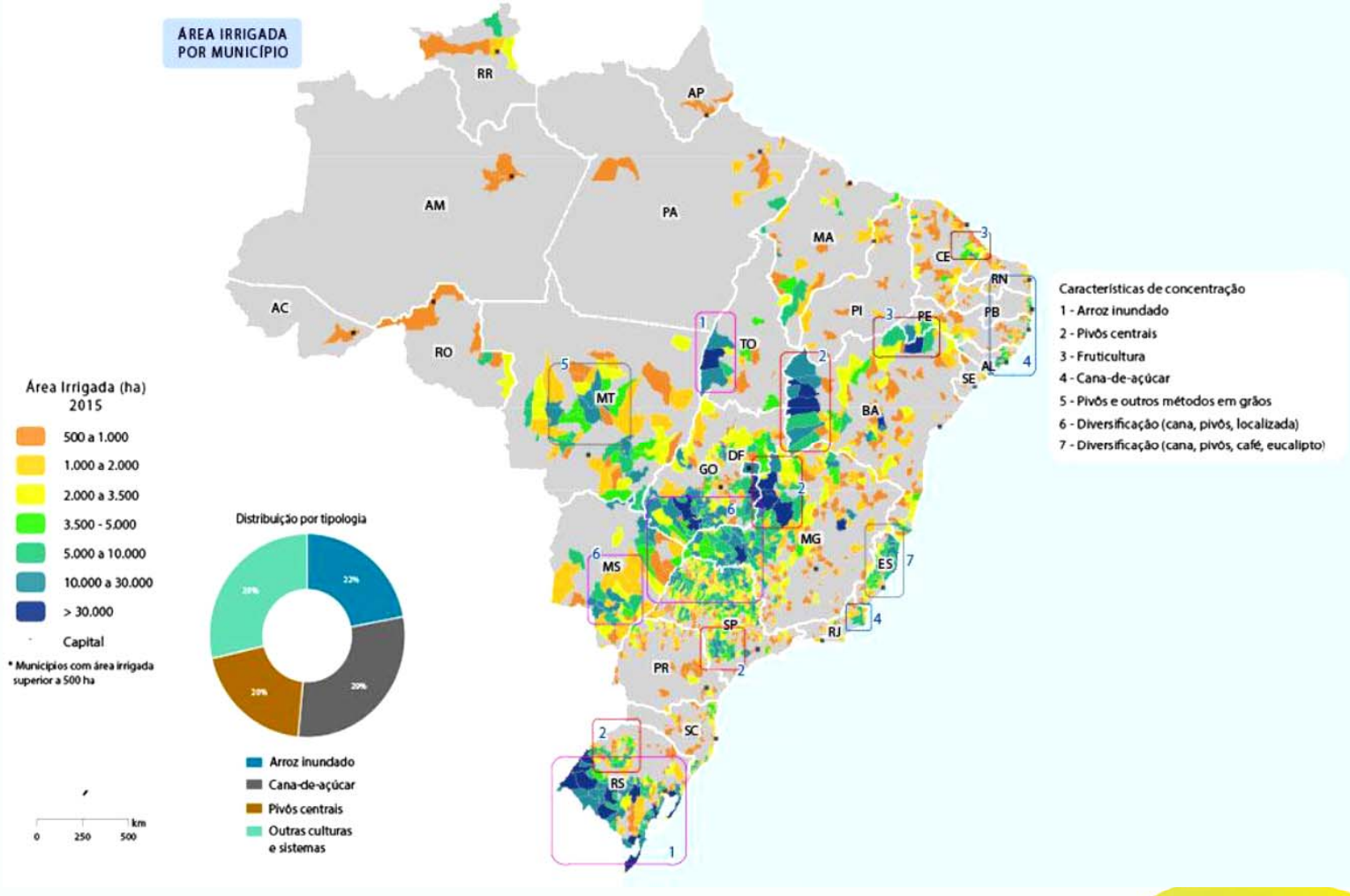
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Identificação de territórios para implantação de Polos de agricultura irrigada, integrado com os atores locais, para elaboração da carteira de projetos.

Polos de Irrigação priorizados:

- Cristalina (GO);
- Santa Maria (RS);
- Oeste da Bahia (BA).

Reuso de água na irrigação;
Reconversão de sistemas de irrigação;
Energias alternativas.



DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Redes de arranjos produtivos locais, associados a cadeias produtivas estratégicas capazes de promover a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável das regiões brasileiras priorizadas pela PNDR (Portaria nº 80/2018).

Arranjos Produtivos Locais - APLs

Ações de fomento e estruturação dos APLs

Logística

Pavimentação, construção e recuperação de estradas vicinais, rodovias, pontes, passagens molhadas, flutuantes e ancoradouros

Obras Civis

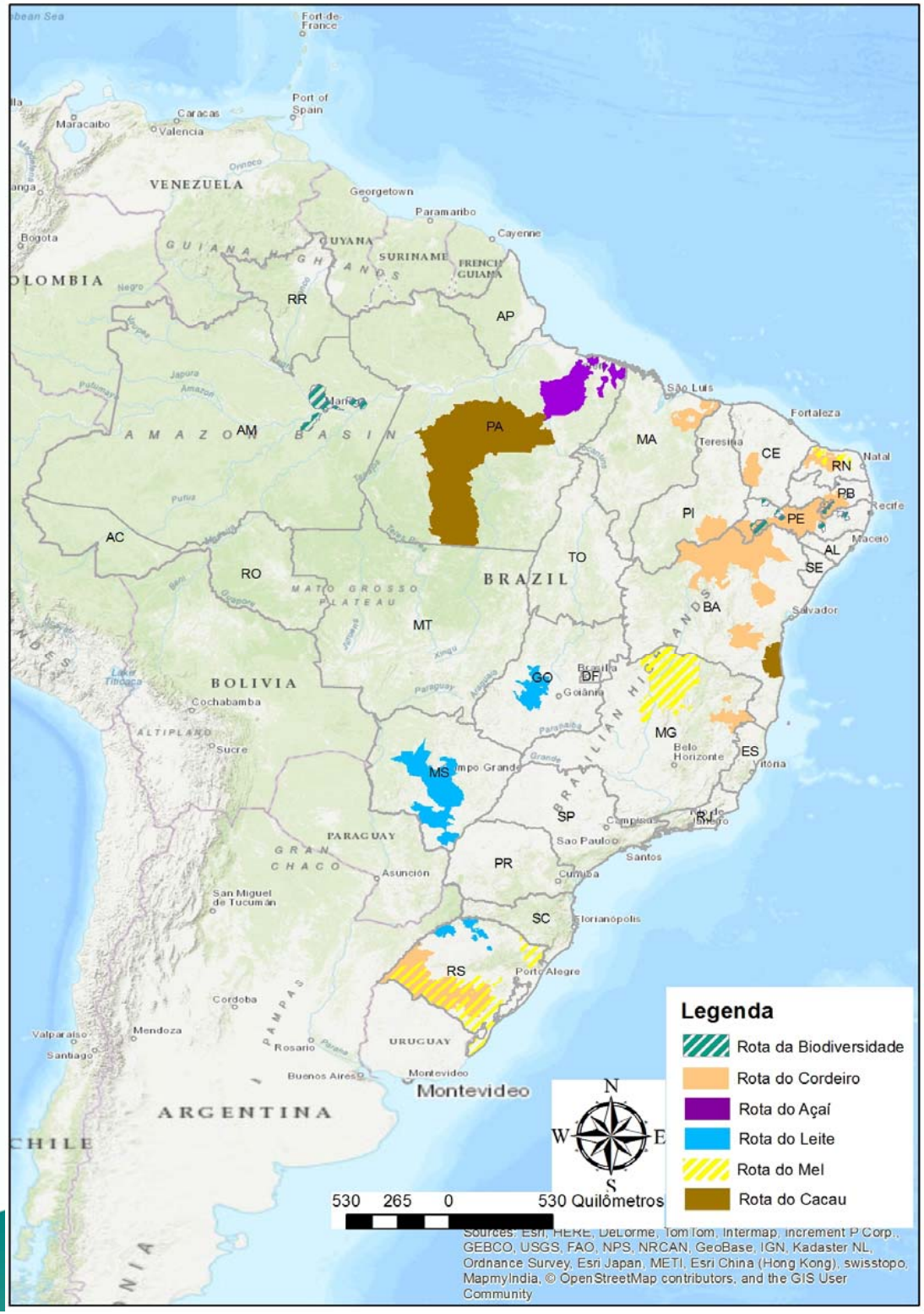
Construção, reforma e ampliação de mercados; abatedouros e centrais de confinamento e terminação; casas de mel, entrepostos, laboratórios; tanques escavados

Equipamentos e Insumos

Tratores e implementos, caminhões, tanques rede, aquisição de mudas, animais para melhoramento genético e transferência de embriões

Serviços

Diagnósticos, capacitação e treinamento: multiplicadores e produtores, formulação de carteiras de projetos



DESENVOLVIMENTO URBANO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

- **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**;
- **Programa Pró-Cidades**: financiamento (FGTS) investimentos na forma de projetos integrados de melhoria de um perímetro urbano. Duas modalidades: Reabilitação de área urbana e Modernização tecnológica urbana;
- **Ação em Cidades Inteligentes**: Alinhamento do Pró-Cidades Modernização Tecnológica + Linha de crédito BNDES + Programa Rotas de Integração – TICs;
- **Ação em Cidades Médias**: projetos de melhoria da infraestrutura urbana;
- **Estruturação do Programa de Fortalecimento das Capacidades Municipais**: melhoria da capacidade fiscal e de gestão municipais.

+ de 80% dos pequenos municípios (até 20 mil habitantes) brasileiros apresentam insustentabilidade fiscal (TCU, Acórdão 1655/2017)

Em milhões (R$)

Programas SDRU/MDR	LOA 2019
Rotas de Integração Nacional	22
Faixa de Fronteira*	35
Reabilitação e Urbanização Acessível em Áreas*	7,9
Implantação de Projetos Agricultura Irrigada*	16
Fortalecimento de Capacidades	14,25
Pró-Cidades (FGTS)**	1.000

** Emenda RP2.*

*** Financiamento.*

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

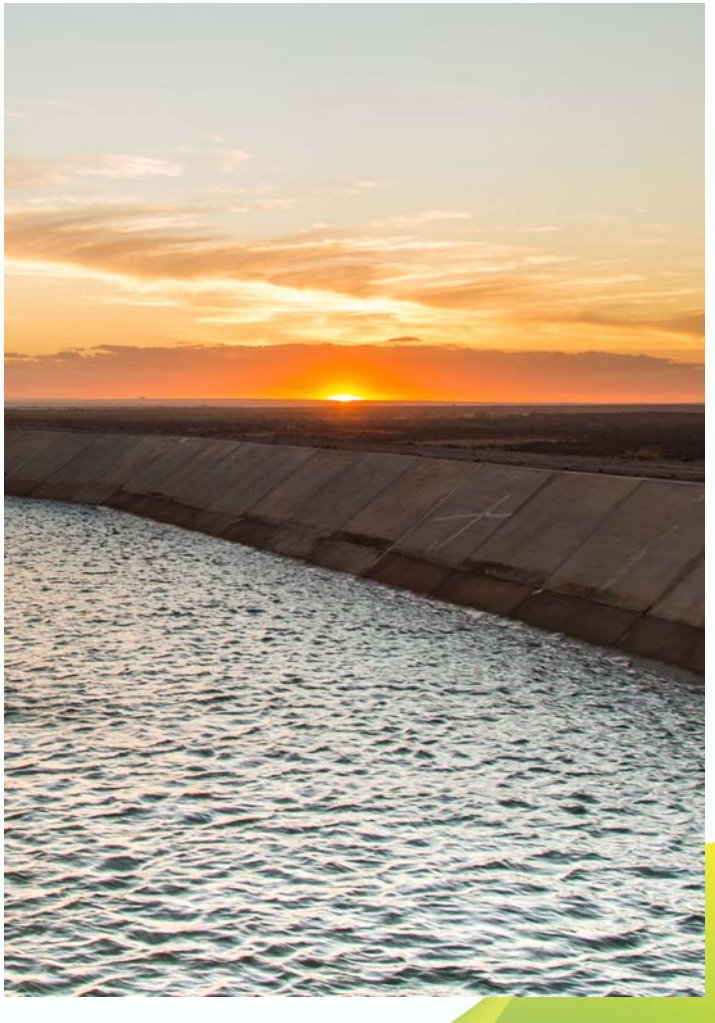
+ SEGURANÇA HÍDRICA

SEGURANÇA HÍDRICA
OBRAS ESTRUTURANTES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

- **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF**
  - Conclusão dos Eixos Norte, Leste e Ramal do Agreste;
  - Conclusão das obras estruturantes: CAC, Adutora do Agreste Pernambucano, Canal do Sertão Alagoano, Vertentes Litorâneas (trechos conveniados);
  - Recuperação dos 24 reservatórios estratégicos;
  - Início da operação comercial;
  - Utilização de energias alternativas para o PISF.
- **Plano Nacional de Segurança Hídrica – PNSH**
  - Adequação da carteira de ações da Secretaria de acordo com o inventário nacional de intervenções estratégicas que visem garantir segurança hídrica – secas e cheias.



SEGURANÇA HÍDRICA
PREVENÇÃO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

- **Plano de Reabilitação de Barragens – Planerb**
  - Diagnóstico físico, estrutural, jurídico, institucional, ambiental de 139 barragens da União e seu enquadramento na Lei 12.334/2010.
- **Ações Preventivas**
  - Viabilizar as necessárias obras de prevenção de desastres em importantes regiões do Brasil, como o Vale do Rio Itajaí (SC); a Baixada Fluminense (RJ) e a Bacia do Rio Una (PE), de forma a mitigar acidentes de grande repercussão nacional.

SEGURANÇA HÍDRICA

FORTALECIMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

- **Plano Nacional de Recursos Hídricos**
  - Construção do novo Plano Nacional de Recursos Hídricos;
  - Apoio aos Planos Estaduais de Recursos Hídricos.
- **Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas**
  - Aperfeiçoamento e execução do Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas;
  - Apoio à execução dos Programas Estaduais de Revitalização de Bacias Hidrográficas.
- **Conselho Nacional de Recursos Hídricos**
  - Fortalecimento do CNRH.
- **Programa Água Doce**
  - Formulação da Política Nacional de Dessalinização;
  - Convênios com os Estados.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

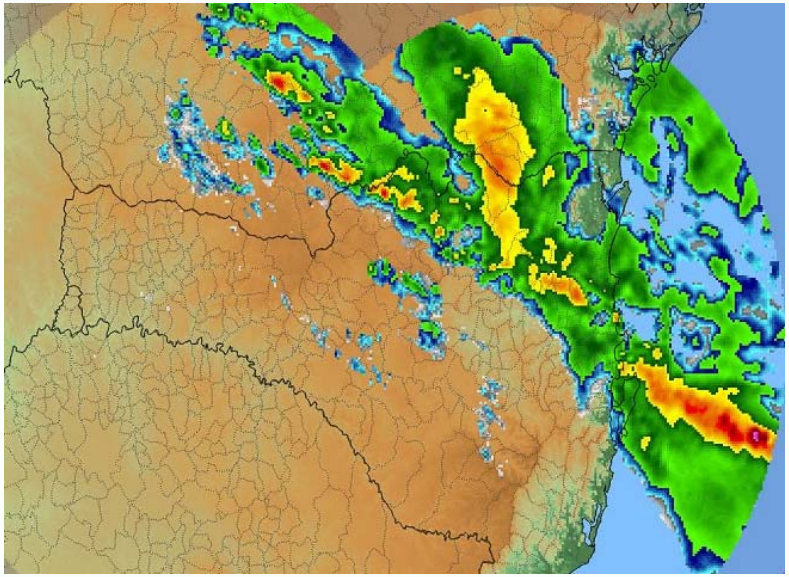
+ PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

AÇÕES DE PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO

DEFESA CIVIL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

MONITORAMENTO METEOROLÓGICO



CENAD Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

EMISSÃO DE ALERTAS

Alerta SMS à população

9.117 alertas e mais de 451.863.470 mensagens de alerta enviadas

MAIS DE 6.000.000 DE PESSOAS CADASTRADAS!

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AÇÕES DE RESPOSTA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Operação Carro-Pipa – OCP

A OCP, executada pelo Exército Brasileiro, é umas das ações de resposta realizadas pela Sedec. Mensalmente são atendidas cerca de 1,3 milhão de pessoas em 522 municípios, com 3.080 carros-pipas.

POPULAÇÃO ATENDIDA POR ESTADO	
AL	135.449
BA	265.628
CE	278.067
MG	8.094
PB	232.840
PE	223.032
PI	119.733
RN	115.962
SE	-
Total de atendidos:	**1.378.805**

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AÇÕES DE RESPOSTA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Coordenação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil na resposta aos desastres.

Sala dos Órgãos Federais
Brumadinho - 2019

Coordenação das agências federais – Telebrás – Brumadinho 2019

Equipes de socorro

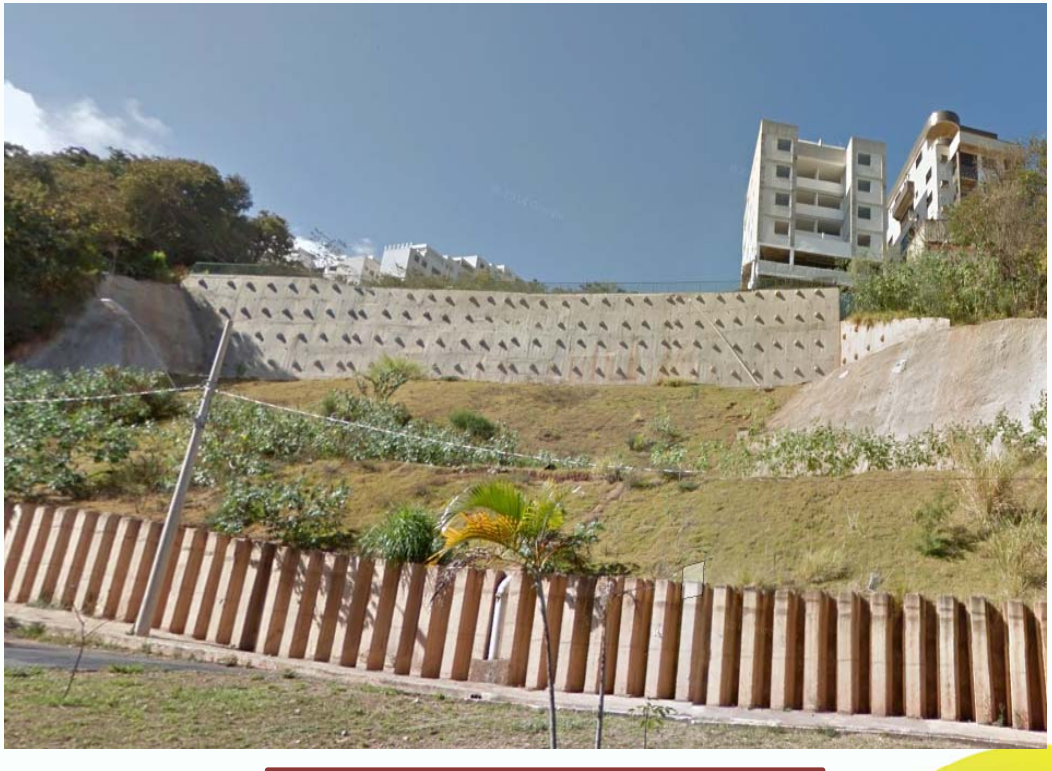
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AÇÕES DE RECONSTRUÇÃO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Ações de caráter definitivo ao recuperar cenário destruído por desastres.

ANTES



DEPOIS

BELO HORIZONTE - MG

Emendas Parlamentares

Ação 8348 - Prevenção	
Emenda Individual - RP 6	
Dotação Inicial:	R$ 500.000,00
Beneficiário:	
Valor Empenhado:	

Ação 8348 – Prevenção	
Emenda Individual - RP 6	
Dotação Inicial:	R$ 1.500.000,00
Beneficiário:	
Valor Empenhado:	

Ação 8172 – Fortalecimento do Sistema de Defesa Civil	
Bancada do Amazonas - RP 7	
Dotação Inicial:	R$ 30.000.000,00
Beneficiário:	Município de Manaus
Valor Empenhado:	

Ação 22BO -Ações de Resposta e Reconstrução	
Bancada do Mato Grosso - RP 2	
Dotação Inicial:	R$ 41.714.450,00
Beneficiário:	
Valor Empenhado:	

Ação 22BO -Ações de Resposta e Reconstrução	
Comissão - RP 2	
Dotação Inicial:	R$ 27.974.186,00
Beneficiário:	
Valor Empenhado:	

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

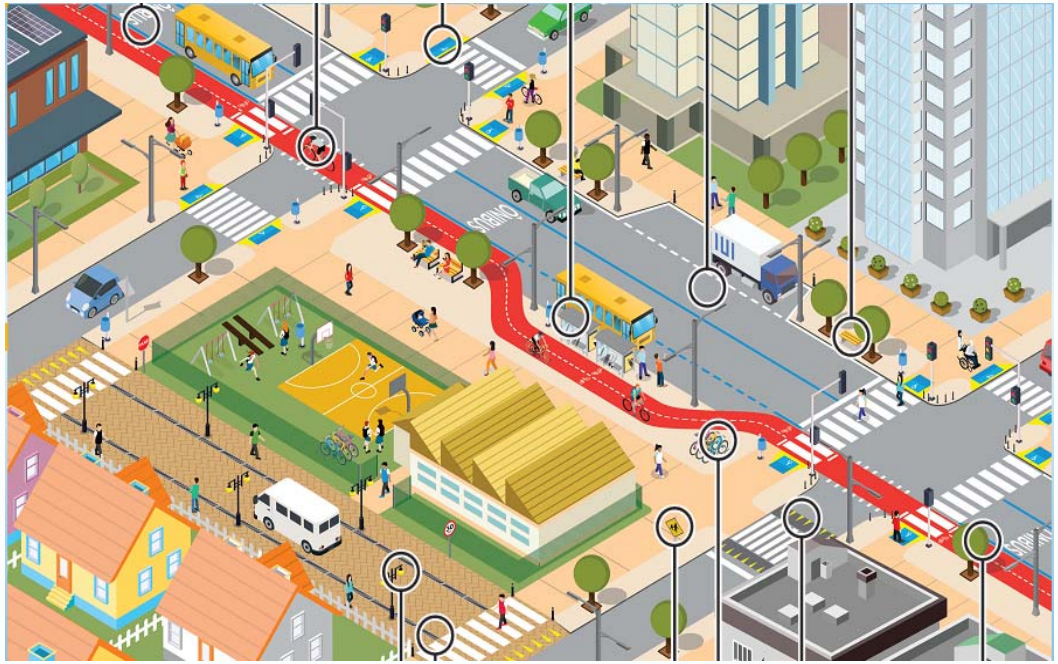
PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

+ MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS

MOBILIDADE E SERVIÇOS URBANOS
PROGRAMA AVANÇAR CIDADES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL



- Recursos do FGTS.
- Estados, Municípios, Distrito Federal e Setor Privado poderão ter acesso às ações previstas no Programa.
- **Processo de seleção aberto de forma contínua.**
- Dividido em dois grupos de municípios: Grupo 1 (população inferior a 250 mil hab.) e Grupo (população superior a 250 mil habitantes).
- Ações financiáveis:
  - Elaboração de planos, estudos e projetos executivos;
  - Grupo 1: obras de qualificação viária e transporte não motorizado (transporte ativo) (pavimentação de vias, execução de passeios com acessibilidade, microdrenagem e sinalização viária; Estações e abrigos; Pequenas pontes e travessias; Infraestrutura cicloviária e para pedestres; Medidas de moderação de tráfego);
  - Grupo 2: obras de sistemas de transporte público coletivo por ônibus e aquaviário, além de transporte não motorizado (transporte ativo) (Vias segregadas, vias exclusivas, faixas exclusivas e corredores; Terminais, estações e abrigos; Infraestrutura para pedestres e ciclistas visando à melhoria do acesso ao sistema proposto; Gerenciamento de obras; Sistemas Operacionais).

MOBILIDADE URBANA

OUTRAS FORMAS DE ACESSO A RECURSOS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA REFROTA

- Recursos do FGTS;
- Direcionado ao setor privado;
- Possibilidade de aquisição de veículos do sistema de transporte por ônibus (Micro-ônibus, Miniônibus, Midiônibus e ônibus básico; Ônibus Padron, Ônibus Articulado e Ônibus Biarticulado).

EMENDAS PARLAMENTARES

- Ação orçamentária 10ST: apoio a sistemas de transporte não motorizados;
- Ação orçamentária 10SR: apoio à elaboração de planos de mobilidade urbana e de projetos de sistemas de transporte público coletivo urbano;
- Ação orçamentária 10SS: apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano;
- Ação orçamentária 2D47: apoio a medidas de moderação de tráfego.

Parceria público-privada (PPP)

Debêntures Incentivadas de Infraestrutura (REIDI)

Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

MOBILIDADE URBANA
GESTÃO DA CARTEIRA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

CONTRATOS EM 477 MUNICÍPIOS, ATENDENDO TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Programas de mobilidade urbana*

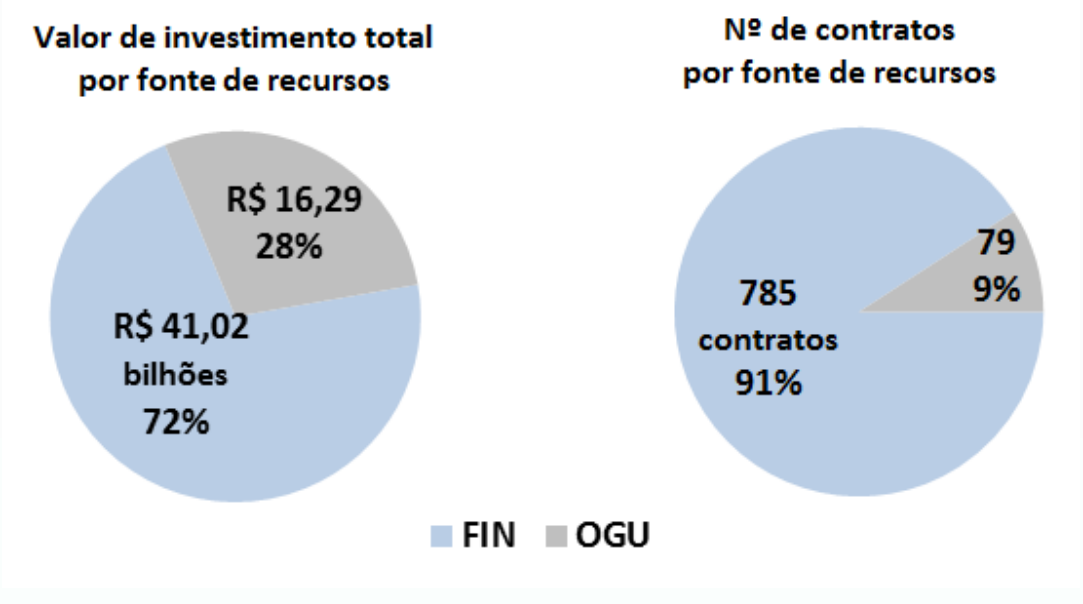
22% dos contratos

84% do valor de investimento (VI)

Programas de pavimentação e qualificação de vias urbanas

78% dos contratos

16% do VI



*Programas de Mobilidade: Legado, Copa, Mobilidade 50, Mob. Extra Pauta, Mob. Grandes Cidades, Mob. Médias Cidades, PPI-PAC.

SIMU (Sistema de Informações da Mobilidade Urbana)

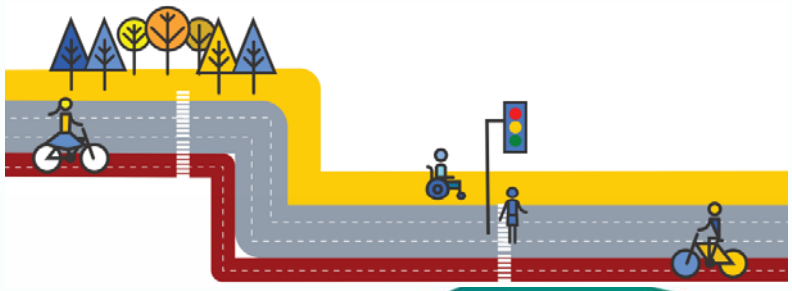
- Sistema em desenvolvimento, destinado a coleta e disponibilização de dados sobre os sistemas de mobilidade urbana, a partir de informações coletadas junto aos entes federados.

Indicadores de Efetividade da Política Nacional de Mobilidade Urbana

- Relatórios divulgados periodicamente com a evolução dos resultados, destacando que os indicadores estão organizados por eixo temático e por prazo para sua apuração.

PLANMOB (Planos de Mobilidade locais)

- Orientação aos municípios e estados na elaboração de Planos de Mobilidade Urbana, municipais e regionais, além de financiar as iniciativas por meio de seleção e contratação do Programa Avançar com recursos do FGTS.



Mobilidade Urbana
Planejamento e Gestão

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

- **Mobilidade Urbana de Baixo Carbono (MUBC)**: com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e resulta da parceria com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA), projeto busca desenvolver ferramentas técnicas e de conhecimento que promovam a inclusão da redução de gases de efeito estufa (GEE) nos sistemas de mobilidade urbana
- **Eficiência Energética na Mobilidade Urbana (EEMU)**: com recursos do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e parceria com o Governo Alemão e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), visa aumento da eficiência energética e a redução de GEE.

PROJETO MOBILIDADE AO REDOR

- Incentivar melhorias no espaço da circulação em ruas de todo o Brasil priorizando o transporte ativo e o transporte público coletivo por meio de duas frentes de atuação:
- **Mobilidade corporativa:** incentivar a mobilidade ativa e o uso do transporte coletivo, além do compartilhamento de viagens em veículos privados, iniciando pelo público do edifício em que a SEMOB se encontra e demais instituições do entorno;
- **Intervenção urbana:** implantar soluções de valorização dos espaços públicos na escala do pedestre para melhorar a qualidade de vida das pessoas que utilizam os espaços públicos, utilizando como projeto piloto o espaço do entorno do edifício em que a SEMOB se encontra.

PROJETO MOBILIDADE AO REDOR

MOBILIDADE URBANA
PLANEJAMENTO E GESTÃO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Principais ações em Planejamento

Elaboração de um Plano Nacional de Mobilidade Urbana integrado ao desenvolvimento das cidades;

Modelo de desenvolvimento integrado para cidades pequenas: Disseminar ferramenta e método simplificado de elaboração do *Plano de Mobilidade Urbana* para municípios de até 100 mil habitantes; Fomentar o programa de seleção de investimentos *Avançar Cidades – Mobilidade Urbana* (pacote de ações para cidades pequenas);

Lançamento do RETREM: programa de financiamento para aquisição de frota metroferroviária;

Finalização e lançamento do programa de seleção *Avançar Cidades - Mobilidade Urbana BNDES;*

Utilização de energias alternativas nos transportes urbanos.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

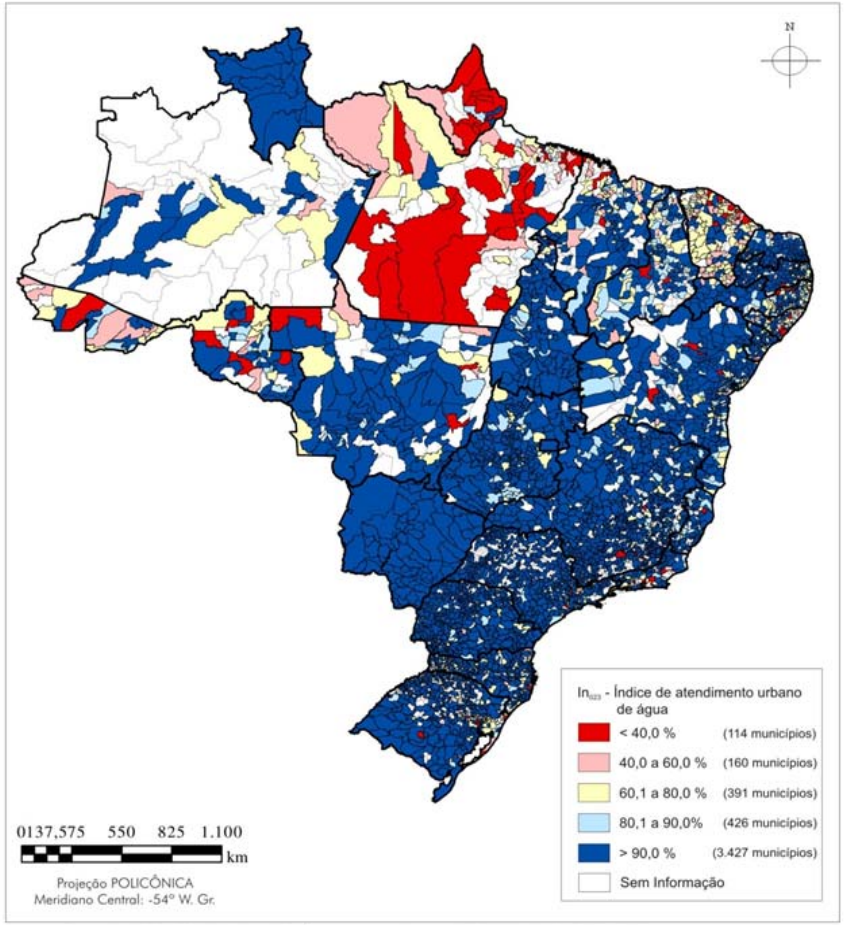
PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

+ SANEAMENTO

Déficit de Tratamento de Água

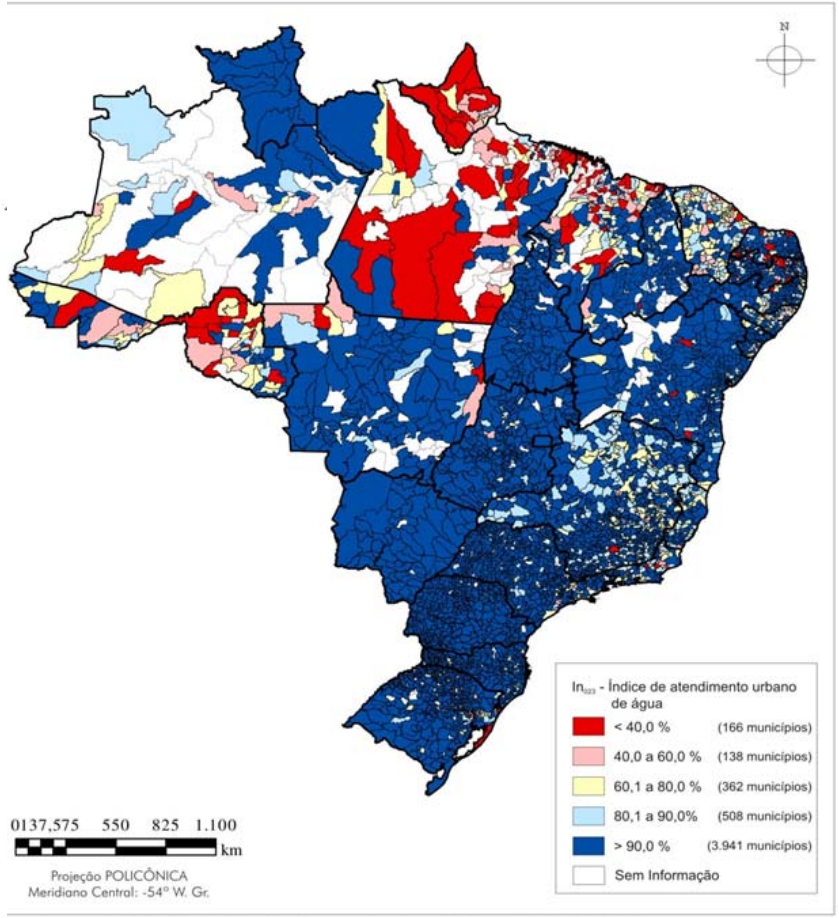
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL



Fonte: Malha municipal digital do Brasil, Base de Informações Municipais 4. IBGE, 2003. Dados: SNIS, 2007.

4.544 municípios participaram da coleta de 2007



onte: Malha municipal digital do Brasil, Base de Informações Municipais 4. IBGE, 2003. Dados: SNIS, 2017.

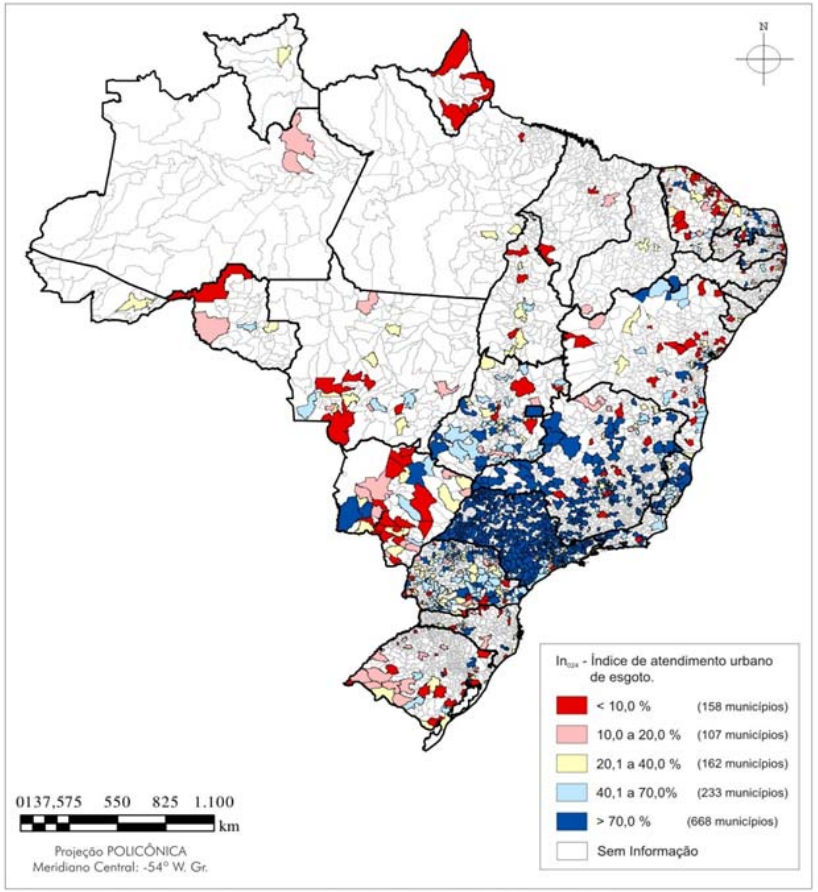
5.117 municípios participaram da coleta de 2017

- Nas regiões Norte e Nordeste estão concentrados os municípios com menores índices de atendimento urbano de água ou municípios a respeito dos quais não se dispõe informações no SNIS. Em 2007, 4.554 Municípios participaram da coleta do SNIS e, em 2017, foram 5.117. Informações do SNIS 2017 destacam que há pelo menos 166 municípios com atendimento urbano de água inferior a 40%.

Déficit do atendimento de esgoto

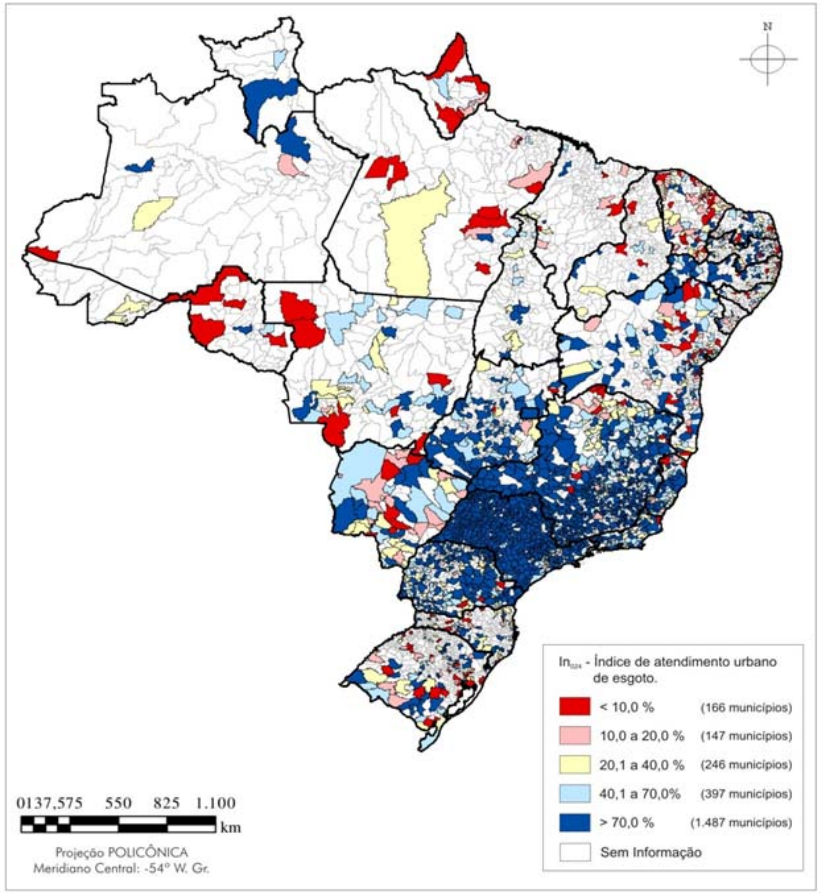
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL



Fonte: Malha municipal digital do Brasil, Base de Informações Municipais 4. IBGE, 2003. Dados: SNIS, 2007.

4.544 municípios participaram da coleta de 2007



Fonte: Malha municipal digital do Brasil, Base de Informações Municipais 4. IBGE, 2003. Dados: SNIS, 2017.

5.117 municípios participaram da coleta de 2017

- Nas regiões **Norte, Nordeste e parte do Centro Oeste** estão concentrados os municípios com menores índices de atendimento urbano de esgoto ou sem informações a respeito da cobertura.
- Informações do **SNIS 2017** destacam que há pelo menos **166 municípios** com atendimento urbano de água **inferior a 10%**.

Medida Provisória 868
Novo Marco Legal para o Saneamento

Estabelecimento de **normas de referência nacionais** para a regulação pela **ANA** **[art. 1, 3, 4 Lei 9.984/2000].**

Esclarecer a **titularidade** dos serviços e estimular a **gestão associada** **[8C e 8D e 50 Lei 11.445/2007].**

Enfrentamento das **perdas de água** **[4C 9984/2000 e 3 e 23 11.445/2007].**

Incentivar a **ligação** das residências às **redes de esgoto** **[45 Lei 11.445/2007].**

Somar esforços públicos e privados para investimentos no setor (**atrair mais investimentos privados**) **[8E, 10C e 11 Lei 11.445/2007].**

Criação do Comitê Interministerial de Saneamento Básico – CISB para **coordenação das ações dos órgãos federais** **[53 Lei 11.445/2007].**

Licenciamento ambiental simplificado **[44 Lei 11.445/2007].**

Fundo para a **universalização** **[1 lei 13.529/2017].**

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Ampliação e Aperfeiçoamento dos instrumentos de apoio ao investimento

- Ampliação do acesso ao FGTS
- Condições diferenciadas de financiamento para regiões deficitárias e ações prioritárias: tratamento esgoto, redução perdas.
- Financiamento em contratos de performance(redução de perdas, eficiência energética)
- Ampliação de acesso a fontes alternativas(fundos)
- OGU:planos de saneamento, emendas parlamentares, refiões de inviabilidade financeira

Fortalecimento Institucional dos titulares, prestadores e reguladores

- Fomento e aperfeiçoamento do programa de desenvolvimento institucional do FGTS
- Utilizar recursos do FGTS para estudos visando a estruturação dos titulares e dos prestadores públicos (complementar ao BNDES e FEP)
- Capacitação, assitência técnica e qualificação dos prestadores, titulares e reguladores
- Melhoria da governança do prestador por meio de participação acionária de bancos públicos

Articulação de Programas prevendo continuidade, melhoria e racionalidade na aplicação de investimentos

- Alinhamento com as iniciativas do FEP e BNDES para posterior obtenção do crédito
- Criação de banco de estudos e projetos, inclusive já apoiados pelo FGTS ou OGU, para contratação de novos empreendimentos no âmbito ds Programas Federais

Alterações Infralegais

- Regulamentar incentivos à adesão as normas de referência da ANA (IN ou Decreto);
- Condições para plano de saneamento municipal para municípios abaixo de 20 mil habitantes (IN ou Portaria);
- Critérios e periodicidade SINISA ;
- Índice de referência de perda de água (IN ou Decreto);
- Resolução CONAMA;
- Decreto composição CISB;
- Funasa.

SANEAMENTO

Melhoria de processos

Revisão da metodologia de acompanhamento de empreendimentos pelos atores, com foco na efetividade e resultados;

Aprimoramento dos sistemas de TI, buscando simplifcação operacional e transparência;

Simplificação de tramitação de documentos (criar cadastro institucional).

Gestão da carteira

Retirar da carteira empreendimentos sem condições de avanço;

Agir de modo preventivo para evitar situação de paralisação;

Estabelecer parâmetros para dar efetividade ao acompanhamento de obras.

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

+ HABITAÇÃO

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

Agenda Futura para a Habitação Social no Brasil

Objetivos

Revisão de programas e proposição de novas ações visando:

(1) Promover o Acesso à Moradia e

(2) Promover a Melhoria das Condições de Permanência

HABITAÇÃO

DIRETRIZES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

- Diversificar as estratégias de atendimento habitacional maximizando a aderência às diferentes necessidades habitacionais e características regionais do país.
- Atuar em intervenções integradas no território que melhorem as condições de habitabilidade em áreas urbanas ocupadas.
- Focalizar subsídios para as famílias mais vulneráveis e onde houver maior concentração de demanda.
- Priorizar o atendimento à populações residentes em áreas sujeitas a fatores de risco, insalubridade ou degradação ambiental.
- Priorizar a alocação de recursos não onerosos a entes púbicos de maior fragilidade institucional.
- Adequar o subsídio ou financiamento à capacidade máxima de pagamento das famílias.
- Fomentar a regularização fundiária de áreas urbanas, especialmente aquelas ocupadas por população de baixa renda.
- Fortalecer a atuação dos entes federados nas estratégias de atendimento habitacional.
- Promover a melhoria da qualidade, durabilidade, segurança e habitabilidade da construção de HIS.

HABITAÇÃO

ESTRATÉGIAS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

PROMOVER O ACESSO À MORADIA
(atacar o déficit habitacional)

Promoção para Alienação

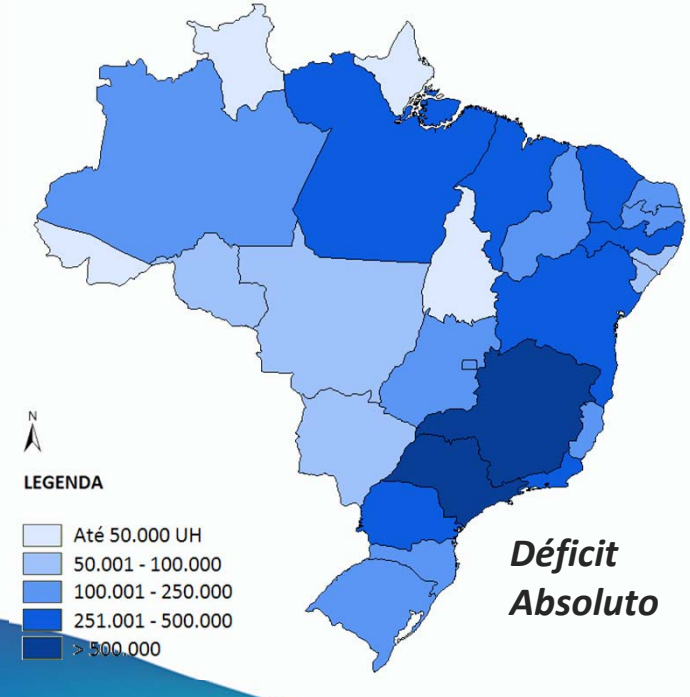
Promoção para Locação

PROMOVER A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MORADIA
(atacar a inadequação habitacional e os assentamentos precários)

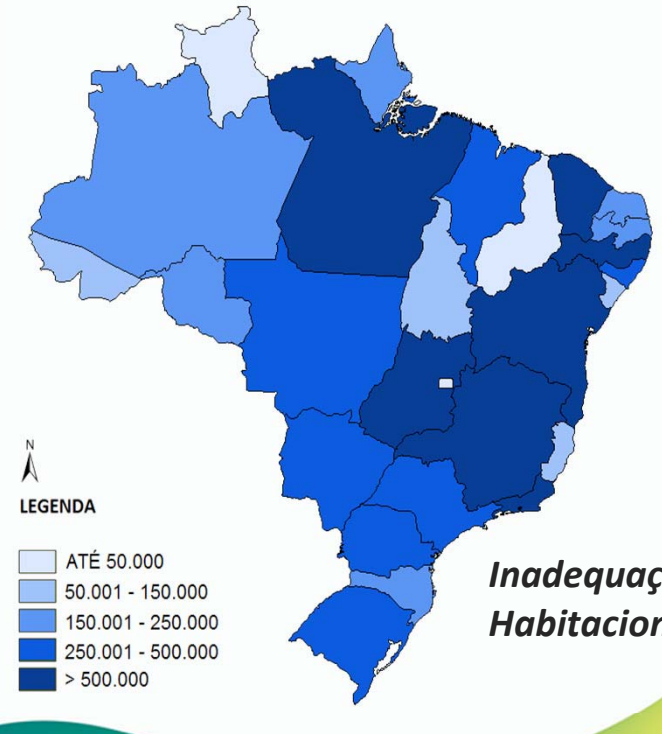
Melhoria Habitacional

Urbanização de Assentamentos Precários

Regularização Fundiária



Déficit Absoluto



Inadequação Habitacional

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PÁTRIA AMADA BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Grato.

Gustavo Canuto
(61) 2034-5820 / 5814 / 5815